

**ACTA**

Aos dezoito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves de Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ORDEM DO DIA -----**CONCURSO PÚBLICO Nº 6/09 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E DE VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, PELO PRAZO DE 36 MESES – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

– Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público em epígrafe, bem como a correspondente minuta do contrato. O Relatório Final propõe a adjudicação ao concorrente “Ronsegur – Rondas e Segurança, Lda.”, pelo valor de um milhão quatrocentos e quarenta e oito mil duzentos e oitenta euros + IVA, pelo prazo de 36 meses. A aprovação da presente minuta fica condicionada à sua aprovação pelo adjudicatário após prestação da caução respectiva, nos termos do nº 1, art. 98º, do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, considerando-se definitivamente aprovada se, após aquela data, o adjudicatário não introduzir quaisquer alterações. O relatório e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. -----

**CONCURSO PÚBLICO N.º 7/09 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
– FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS
ESCOLARES – ANO CIVIL 2010 – ADJUDICAÇÃO E
APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

– Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público em epígrafe, bem como a correspondente minuta do contrato. O Relatório Final propõe que o fornecimento seja adjudicado ao concorrente “ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA”, pelo valor de €1.590.094,00 (um milhão quinhentos e noventa mil e noventa e quatro cêntimos) + IVA. A aprovação da presente minuta fica condicionada à sua aprovação pelo adjudicatário após prestação da caução respectiva, nos termos do nº 1, do art. 98º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, considerando-se definitivamente aprovada se, após aquela data, o adjudicatário não introduzir quaisquer alterações. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. -----

**REGULAMENTOS – REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS
E LICENÇAS MUNICIPAIS PARA 2010**

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência da entrada em vigor do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, foi adjudicada, ao Instituto Politécnico do Cávado e do Ave uma prestação de serviços visando a fundamentação económico-financeira do valor das taxas municipais, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local. Este trabalho envolveu todos os serviços municipais bem como as entidades que cobram taxas pela disponibilização de equipamentos municipais que se encontram a explorar,



tendo em vista compilar informação sobre, entre outros, circuitos de procedimentos, tempos despendidos, pessoal afecto, entre outros aspectos relacionados com o custo do serviço prestado. Este processo foi concluído, tendo-nos sido remetido pelo IPCA o relatório final de todo o estudo entretanto realizado, conforme cópia em anexo (**Doc. 1**). Os valores das taxas municipais ora propostos, calculados com base naquele estudo, são similares aos já praticados em 2009, conforme quadros em anexo (**Doc. 2**). Refira-se que foi introduzido no respectivo Regulamento o art. 26º, sob a epígrafe “Actualização”, que dispõe sobre o modo de actualização anual das taxas, observando o disposto no art. 9º da referida Lei nº 53-E/2006. Deste modo, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea a) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal, as taxas municipais constantes do Regulamento e Tabela que se anexam (**Doc. 3**)”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votou contra o Vereador António Salgado Almeida. -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2010 – Presente a seguinte proposta: “Considerando o disposto no n.º 1 do art. 20º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que seja fixada uma taxa de 5% como participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial”. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À**

APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “O momento de crise em que vive o mundo de hoje, particularmente o concelho de Guimarães (essencialmente no que aos números de desemprego diz respeito), merece e justifica por parte do Município uma atenção diferenciadora da realidade local. Neste aspecto, no que tange aos números do desemprego, Guimarães tem valores que representam sensivelmente o dobro da média nacional de desemprego. Este facto, por si só, deve impor ao Município de Guimarães um tratamento “especial” aos seus munícipes, em conformidade com a especialmente gravosa situação de desemprego em que se encontram. Porque no estado actual de coisas, todos estão em crise menos o Município, e essa solidariedade na repartição de sacrifícios a suportar com o actual momento de crise, é-nos exigida. Acrescidamente, os objectivos que nos unem de fixação de residentes, e essencialmente de atracção de quadros e pessoal qualificado em geral, são objectivos que devem ser perseguidos. Guimarães deve, também neste particular, criar condições de atractividade suplementares por forma a incentivar a fixação de quadros no nosso concelho. E se cruzarmos esta intenção abstracta com a novel existência do AvePark, esta matéria ostenta ainda maior actualidade e oportunidade, pois que se o Estado concedeu aos municípios um instrumento adicional de incentivo à atracção ou fixação de residentes, para Guimarães, desde a inauguração do AvePark, este assunto assume uma importância absolutamente decisiva. Porque é para nós imprescindível que os milhares de cientistas e investigadores que ali trabalham diariamente, não se afastem da nossa cidade e do nosso concelho e possam enriquecer a nossa vida cultural, científica e social com a sua presença activa e participante. É aliás fundamental que a nossa economia, o nosso



comércio e os nossos serviços possam beneficiar da injeção de milhares de novos utentes, clientes e consumidores, em suma de novos cidadãos. É fulcral uma estratégia que vise tornar todos estes novos cidadãos como cidadãos vimaranenses de corpo inteiro, e não cientistas que apenas cá trabalhem e residem no Porto ou em Braga como sucede na elevadíssima maioria dos casos. Para este objectivo, é decisiva uma discriminação positiva concedida aos cidadãos vimaranenses em sede de IRS. Por esse motivo, por ser opinião dos vereadores eleitos na lista do PSD que seja fixada a taxa de 4% como participação do Município de Guimarães no IRS dos sujeitos passivos residente no concelho de Guimarães, o nosso voto será contra o proposto no ponto 4 da agenda da presente reunião”. -----

DERRAMA SOBRE A COLECTA DE 2009 (A COBRAR EM 2010)

– Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 1 e 4 do art. 14º, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama para o ano de 2009 a cobrar em 2010, para financiar investimentos, nomeadamente, a Qualificação do Espaço Público do Toural, Alameda e Rua de St.º António: a) – De 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas colectivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a €150.000; b) – De 1,25% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas colectivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000”. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e António Salgado Almeida. Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima

apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Propõe-nos a Câmara Municipal de Guimarães que a taxa máxima para as empresas cujo volume de negócios ultrapasse os €150.000,00 seja fixada pelo máximo permitido por lei de 1,5% e uma taxa reduzida de 1,25% para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse esses €150.000,00. Três argumentos nos levam a discordar desta proposta: Por um lado a circunstância de o concelho de Guimarães ser um concelho fortemente industrializado o que faz com que a economia local e regional e a empregabilidade assegurada no concelho de Guimarães esteja assegurada de modo significativo por este sector. Por outro lado, e mais uma vez, o momento de crise transversal que afecta de forma particularmente penosa as empresas, que são os principais garantes da empregabilidade do nosso concelho. Por último, o conceito de competitividade pelos investimentos que naturalmente existe entre município vizinhos, sendo para Guimarães difícil de explicar a aplicação de uma Derrama superior a municípios vizinhos e que apresentam uma estrutura empresarial e industrial em tudo idêntica à de Guimarães, como sucede com o concelho de Vila Nova de Famalicão. Os vereadores do PSD são, pelos aludidos motivos, favoráveis a que o Município de Guimarães se coloque em posição de não vir a ser preterido em quaisquer investimentos, por ser um concelho fiscalmente menos atraente, ou por facilmente os empresários poderem instalar as suas empresas em municípios vizinhos do de Guimarães, beneficiando por essa opção que tantas vezes é de poucos metros, de um benefício fiscal no que respeita à Derrama sobre a colecta de IRC. Pelas aludidas razões, por se entender dever ser praticada uma Derrama concorrencial e que assegure ao Município de Guimarães iguais condições de competitividade face aos Municípios vizinhos, particularmente ao Município de Vila Nova de Famalicão, o nosso voto será contra o proposto no ponto 5 da agenda da



presente reunião extraordinária”. -----

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2009

– Presente a seguinte proposta: “Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 13 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, a Câmara Municipal tem de comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 30 de Novembro, a deliberação da Assembleia Municipal que fixou as novas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis. Considerando que a prevalência da redução de actividade económica verificada em Portugal continua a reflectir-se na quebra sensível de receitas autárquicas, e atendendo, por outro lado, ao esforço financeiro envolvido nos investimentos da Capital Europeia da Cultura e na construção dos novos centros escolares, proponho, nos termos dos nºs 1 e 5 do mesmo art. 112º, que sejam fixadas as seguintes taxas para liquidação daquele imposto: a) - Prédios urbanos = 0,7 %. b) - Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI = 0,4 %”. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e António Salgado Almeida. -----

O Vereador José Manuel Antunes solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta, que leu em voz alta, ficasse registada em acta, pelo que se transcreve o respectivo texto: “A visão do PSD sobre a política de impostos e taxas municipais está directamente relacionada com a política de apoio às famílias vimaranenses e a necessidade da Câmara Municipal, em tempo de grandes dificuldades, de crise económica e de elevado desemprego, traduzir em acções concretas a preocupação manifestada no discurso político. Num tempo de dificuldade para as famílias, em que se assiste a cada dia que passa a um aumento do desemprego, da insolvência

das empresas, do encerramento das pequenas lojas comerciais, a Câmara de Guimarães não pode continuar a enriquecer a custa das famílias. As dificuldades que se fazem sentir, afectam particularmente a classe media, classe essa, que sempre foi fundamental para o desenvolvimento da nossa região. As receitas dos principais impostos e taxas municipais continuam a aumentar tendo registado nos três últimos anos: Em 2006 - 23.600.443,16 €; Em 2007 - 26.948.291,71 €; Em 2008 - 31.758.324,84 €. Concretamente em relação ao IMI, temos os seguintes valores: -----

Receitas	2005	2006	2007	2008
IMI	9.990.720€	11.335.632€	12.537.865€	13.611.235€

Para o PSD, em tempo de crise, a Autarquia deve ser solidária com as famílias Vimaraneses e para isso deve abdicar de uma parte das receitas municipais a favor de todos. Defendemos que em relação ao IMI a receita da Câmara deve manter-se ao nível da média dos anos de 2005 a 2007 – 11.288.072,53€. Perante as receitas de 2008 de 13.611.235€ existe margem para baixar a taxa do IMI possibilitando um acréscimo de receita nos orçamentos familiares. A solidariedade com as famílias do concelho, na resposta aos problemas causados pela crise expressa-se verdadeiramente através de políticas concretas e não apenas através de palavras ou intenções que ficam por concretizar”. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS DEZ HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----